



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCANENA

## **EDITAL**

**SILVESTRE LUCIANO GONÇALVES PEREIRA, Presidente da Assembleia Municipal de Alcanena:**

Faz saber, em cumprimento do determinado art.º 56º., da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que se resumem no seguinte, as deliberações tomadas por este Órgão Deliberativo, na sessão ordinária de **28 de setembro de 2018**, destinadas a ter eficácia externa:

- Tomado conhecimento da Informação escrita da Senhora Presidente da Câmara sobre a atividade do Município, respetiva situação financeira e Relação de Processos em curso.

- Aprovada a Ata n.º 3/2018, da Sessão Ordinária, realizada no dia 22/06/2018.

- Aprovada a Nova Delimitação da ARU - Área de Reabilitação Urbana de Minde, respetiva memória descritiva e justificativa com quadro de apoios e incentivos fiscais e planta com delimitação de área abrangida, ao abrigo do número dois do artigo décimo terceiro, do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana. A proposta inicial tinha sido aprovada na sessão desta Assembleia Municipal, realizada a dezanove de junho de dois mil e quinze e publicada em aviso número sete mil quinhentos e vinte e nove/dois mil e quinze, no Diário da República, Segunda Série, número cento e trinta, de sete de julho de dois mil e quinze, mantendo-se os restantes pressupostos aprovados nessa sessão.

- Aprovadas as seguintes taxas a aplicar na liquidação do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis, no ano de dois mil e dezanove:

a)- Fixar a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar na liquidação do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis em dois mil e dezoito, em:

Zero vírgula quarenta e um por cento - Para prédios urbanos, conforme alínea c), do número um, do artigo centésimo décimo segundo do CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, alterado pela Lei número sessenta e três-C/dois mil e treze, de trinta e um de dezembro;

b)- Minorar as taxas referentes aos edifícios utilizados como habitação e recuperados há oito anos, ou menos, cuja recuperação seja devidamente comprovada por licença, autorização municipal ou participação, conforme previsto no número seis do artigo centésimo décimo segundo do CIMI – Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, beneficiando de uma redução de:

Edifícios recuperados há oito anos – cinco por cento

Edifícios recuperados há sete anos – dez por cento

Edifícios recuperados há seis anos – quinze por cento

Edifícios recuperados há cinco anos – vinte por cento

Edifícios recuperados há quatro anos – vinte e cinco por cento

Edifícios recuperados há três anos ou menos – trinta por cento

c)- Estabelecer uma majoração de trinta por cento para os edifícios que apresentem estado de degradação, devidamente reconhecido pela comissão de vistoria de utilização e conservação do edificado, prevista no artigo nonagésimo, do RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - sobre os quais venha a recair notificações municipais de intimação, ao abrigo no número dois, do artigo octogésimo nono, do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, para realização de obras ou demolições, de modo a colmatar más condições de segurança e salubridade, enquanto não forem executadas as obras intimadas (em conformidade com o descrito no número oito do artigo centésimo décimo segundo e com o artigo décimo quarto do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis);

d)- Conforme alteração efetuada ao CIMI- Código do Imposto Municipal, pelo artigo centésimo sexagésimo segundo da Lei número sete-A/dois mil e dezasseis, de trinta de março, aditando o artigo centésimo décimo segundo-A, fixar uma redução da taxa de imposto, de acordo com o número de elementos dependentes do agregado familiar, na taxa mencionada na alínea a) anterior, nos casos de imóveis destinados a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal, assim definido:

Um dependente a cargo: dedução da taxa em vinte euros

Dois dependentes a cargo: dedução de quarenta euros

Três ou mais dependentes a cargo: dedução de setenta euros.

- Manter em um e meio por cento, a percentagem a aplicar na taxa da Derrama a cobrar em dois mil e dezanove, conforme número um, do artigo décimo oitavo, da Lei número setenta e três/dois mil e treze, três de setembro.

- Aprovada uma participação variável no IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, dos Sujeitos Passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Concelho de Alcanena, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, fixando em cinco por cento, a participação variável do Município de Alcanena, no IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, ou seja, a percentagem prevista no número um, do artigo vigésimo sexto, da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro.

- Aprovado o estabelecimento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, fixando em zero vírgula vinte e cinco por cento, o seu percentual, para aplicação em dois mil e dezanove, conforme refere a alínea b) do número um do artigo vigésimo quinto, do Anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.

- Autorizar a Câmara Municipal de Alcanena a prorrogar o prazo da Concessão da Exploração e Gestão do Sistema de Abastecimento de Água do Concelho de Alcanena, celebrado com a sociedade LUSÁGUA – Gestão de Águas, Sociedade Anónima, por um prazo de um ano, celebrando aditamento ao contrato de concessão outorgado em três de julho de dois mil e um.

Deliberou, também, aprovar a minuta do aditamento, com a correção à alínea (I) dos Considerandos, em virtude do processo de criação da Empresa Municipal ter sido Visado pelo Tribunal de Contas no dia dezoito do corrente mês de setembro, passando a mesma a ter a seguinte redação: “(I) - O visto prévio legalmente previsto foi solicitado ao Tribunal de Contas a doze de março de dois mil e dezoito, tendo decorrido com o processo número seiscentos e sessenta e sete/dezoito. A obtenção do Visto Prévio ocorreu no passado dia dezoito de setembro de dois mil e dezoito.”

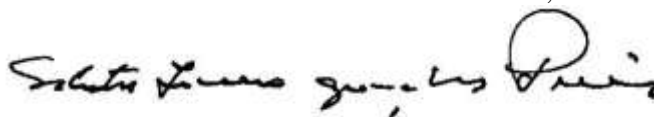
Deliberou, ainda, aprovar os respectivos anexos ao contrato de Concessão da Exploração e Gestão do Sistema de Abastecimento de Água do Concelho de Alcanena, outorgado a três de julho de dois mil e um, com a sociedade LUSÁGUA – Gestão de Águas, Sociedade Anónima, nos termos propostos.

- Aprovada a Terceira Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano – Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, referentes aos Documentos Previsionais de dois mil e dezoito.
- Tomado conhecimento da Revisão do PDM – Plano Diretor Municipal – Ponto da situação.
- Tomado conhecimento da Lei-quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e para as entidades intermunicipais – Análise e ponto da situação.
- Tomado conhecimento do Ambiente em Alcanena – Ponto da situação a 12/09/2018.
- Tomado conhecimento do Relatório Semestral do ROC com informação económica e financeira do Município.
- Tomado conhecimento da Listagem dos Compromissos Plurianuais Assumidos, LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, no período de 07/06/2018 a 05/09/2018.

E para constar, se publica o presente edital que vai ser afixado nos lugares do estilo, durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada das deliberações, conforme art.º 56.º, da citada Lei n.º 75/2013.

Paços do Município de Alcanena, de 08 de outubro de 2018

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,



(Silvestre Luciano Gonçalves Pereira, Eng.º)